



PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

SECRETÁRIO-GERAL
CELSO DE OLIVEIRA



ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SECRETÁRIO-GERAL CELSO DE OLIVEIRA E SOUSA NETO AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDF

Celso de Oliveira e Sousa Neto nasceu em Brasília/DF, no dia 29 de maio de 1969. É casado e pai de quatro filhos. Formou-se em Direito pela Associação de Ensino Unificado do DF – AEUDF, em março de 1999. Iniciou sua carreira no TJDF em fevereiro de 1996, no Serviço de Cadastro e Controle, setor no qual exerceu a atividade de Oficial de Gabinete por quase dois anos. Foi nomeado Subsecretário de Cadastro de Pessoal, em abril de 1998, cargo que ocupou por dez anos. Em abril de 2008 foi nomeado Secretário de Recursos Humanos, exercendo a atividade diretiva por seis anos. Em abril de 2014, tomou posse como Secretário-Geral do TJDF, permanecendo no cargo durante as sucessivas gestões da Casa, até a presente data (janeiro de 2020). Em abril de 2013, foi indicado pela Presidência do TJDF e nomeado para compor como suplente,

por dois anos, o Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – FUNPRESP-JUD, quando da implementação da entidade. Em março de 2015, foi empossado Conselheiro Titular e Presidente do Conselho Fiscal do órgão e, atualmente, exerce o cargo de Conselheiro Titular do Conselho Deliberativo, até 2021. No Tribunal, trabalhou em diversas Comissões e Grupos de Trabalho como a Comissão de Avaliação de Desempenho, a Comissão para elaborar o Plano Estratégico do Tribunal, a Comissão para a realização de Concurso Público para Analista e Técnico, a Comissão Permanente de Avaliação Documental do TJDF, entre outras. Foi designado para compor o Comitê Gestor para implementação do Processo Judicial Eletrônico – PJe e para integrar o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC. Também compõe a Comissão de Acompanhamento da Execução do Plano Estratégico e constitui, na condição de presidente, o Grupo Gestor para implantação do Sistema Eletrônico de Informação – SEI. Também faz parte de

outros importantes grupos de trabalho que tratam de orçamento, comissão de obras, saúde de magistrados, audiência de custódia, dimensionamento da força de trabalho, entre outros temas.

Desembargadora Sandra De Santis

Nós, hoje, vamos ouvir o Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto no Programa História Oral do Tribunal.

É um grande prazer entrevistar este funcionário padrão que, desde muito jovem, faz parte do nosso quadro.

Vou fazer umas perguntas. Responda só as que lhe interessar. Pode dizer assim: “doutora, não quero responder a essa.” Aí passo para a próxima. Vamos lá.

Onde o senhor nasceu, Dr. Celso?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Nasci aqui em Brasília. Antes de começar a responder, gostaria de agradecer imensamente esta oportunidade. Para mim é uma grande honra estar aqui ao lado da senhora.

Desembargadora Sandra De Santis

A honra é minha.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Não, Desembargadora, pelo contrário, a honra é minha estar ao lado de uma magistrada tão respeitada, tão querida por todos nós do Tribunal.

Desembargadora Sandra De Santis

Vamos lá. Agora é que vai começar de verdade.

O senhor é nascido em Brasília. Sua infância, adolescência, tudo aqui. Onde estudou quando garoto?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Desembargadora, na minha infância, as coisas que me recordo, tenho um pouquinho de dificuldade em relação a algumas memórias. O meu pai brincava muito comigo que eu precisava ser mais saudosista. E eu dizia: “Não, pai, para frente é que se anda”. Sempre brincava com ele.

Estudei no Colégio Alvorada por muito tempo. O meu pai era funcionário da UnB¹. Ele chegou em 1960, no início de Brasília.

Desembargadora Sandra De Santis

Vindo de onde?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

O meu pai veio do Crato, Ceará. Quando ele chegou, foi trabalhar na Universidade de Brasília (UnB) em 1962. Creio que a UnB foi fundada em abril de 1962, na época de Darcy Ribeiro². O meu pai estava lá. Ele conta as histórias de Darcy Ribeiro, daqueles que construíram a UnB.

Recordo-me muito pouco. Lembro que morávamos em alguns apartamentos da UnB, que eram fornecidos para os seus funcionários.

-
- 1 Universidade de Brasília – UnB.
 - 2 Importante antropólogo, escritor e político brasileiro, conhecido por seu foco em relação aos indígenas e à educação no país. Foi o criador e o primeiro reitor da Universidade de Brasília (UnB) e também ministro da Educação.

Desembargadora Sandra De Santis

Quantos vocês são?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Éramos quatro. Éramos três, na verdade. Nós perdemos um irmão. Tive um irmão que faleceu com cinco anos de idade, brincando comigo, em um acidente doméstico. Foi em um apartamento na 206 Norte. Foi um fato triste das nossas vidas, que marcou muito, porque vimos a força tanto do meu pai como da minha mãe para superar tudo aquilo. Não é fácil perder um filho. Então, foi muito ruim aquela época.

Morávamos na 206 Norte e o meu pai estava construindo uma casa no Lago Norte³. Não tinha nada no Lago Norte, era só terra.

Desembargadora Sandra De Santis

Imagino.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Ele falou assim: “aqui não ficamos mais”.

Mudamos para uma casa ainda em construção no Lago Norte.

Lembro que, quando cheguei lá, ele tinha comprado um cachorrinho para nós. Nunca tinha tido cachorro. Não

3 Região Administrativa do Distrito Federal conhecida por ser predominantemente constituída por casas.

tinha armário, não tinha nada. Guardávamos as coisas... A casa estava sem pintar. Era muito engraçado. Não tinha nada. Em volta do Lago Norte era um cerradão. Caminhávamos por trilhas e a única pista que tinha era aquela pista principal do Lago Norte e o resto tudo era cascalho, terra. De lá ele nos levava para a escola, para o Alvorada. Foi lá que começou tudo, a nova fase depois dessa parte mais triste da nossa história.

Desembargadora Sandra De Santis

Eu sei que o senhor gosta muito de praticar esportes. Já naquela época?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Já. Sempre pratiquei esportes, sempre fui esportista, sempre gostei demais de esportes. Gostava também de desmontar tudo, Desembargadora Sandra De Santis. O meu avô me chamava de rompe-ferro. Por onde eu andava, levava uma chave de fenda. Desmontava máquina de escrever, qualquer coisa...

Desembargadora Sandra De Santis

Para ver como funcionava.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Para ver como era por dentro. Desmontava ventilador. Sempre tomava bronca dos pais por conta disso, dessa curiosidade que eu tinha de ir lá brincar. Era sempre assim. O meu pai dizia que eu era o rompe-ferro da família, que eu só sabia quebrar as coisas. Eu desmontava para poder fazer brinquedos, eu adorava. Também adorava muito esportes. Então, o que tinha de esportes...

Desembargadora Sandra De Santis

Brincava no Lago?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Brincava no Lago. Lembro que eu tinha um colega que foi morar no Lago Norte, que os pais foram transferidos para cá do Rio de Janeiro, e eles velejavam lá. Então, eles compraram um barquinho.

Desembargadora Sandra De Santis

Um Optimist⁴?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Um Optimist. Então comecei a aprender a velejar com eles. A família era do Rio de Janeiro, eles gostavam de barco. Todo final de semana colocavam o barco na água, e comecei a tomar gosto pela vela desde lá, desde os 13, 14 anos de idade. De lá para cá eu só pensava em vela.

Desembargadora Sandra De Santis

Era bom aluno, Dr. Celso?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Sempre fui um bom aluno, mas também dava os meus pulinhos. Sempre gostei de estudar. Sempre gostei muito de matemática, a área de exatas. O meu pai, não. O meu pai queria que eu fosse para o rumo do Direito, porque ele — depois lá na UnB, como ele exerceu vários cargos, por fim foi procurador lá na UnB — sempre quis que os filhos fossem advogados, como ele foi. Atuou muito tempo na área da Justiça do Trabalho. Ele queria muito, e eu brigava

com ele. Eu dizia que não, que gostava de tecnologia, gostava de desmontar.

Lembro que em 1992 ganhei de um padrinho um computador da IBM, era um XT. Era um terminal. Eu fazia tudo naquela máquina. Tinha um manual, li o manual da IBM para operar no XT. Era uma tela verde. Eu brincava muito com aquilo, e o meu pai achava que não tinha futuro. Achava que o Direito é que era o importante, um administrador. Ele tinha muito isso: ou é um administrador, ou funcionário do Banco do Brasil. Aí um belo dia eu o vi mexendo no computador, tentando digitar um texto, assim como ele escrevia numa máquina de escrever. Ele apertava o ENTER e o computador dava que aquilo era um comando inválido. Ele dizia que aquilo não prestava. Ele tinha muito disso, tanto é que passei aqui no Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (Ceteb) para fazer a faculdade de análise de sistemas. A minha mãe foi quem me inscreveu. O meu pai ficou um pouco contrariado. Eu via muito essa discussão deles de que não era bom, que a faculdade era muito cara, que informática era uma coisa absurdamente cara, que eles não tinham condições. Aí foi quando comecei a ceder à proposta dele.

Desembargadora Sandra De Santis

À ditadura do Direito.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Tive de rumar para o Direito. A minha irmã tinha formado em Direito, e não vi outro caminho que não fosse o Direito também. Eu não digo que fiquei contrariado, porque me surpreendi muito com o Direito. Aprendi muito na faculdade de Direito. Mas eu tinha aquela vontade de ficar amarrado na

⁴ Optimist é um veleiro, um pequeno barco monotipo de bolina, podendo ser de madeira ou fibra de vidro.

matemática, na lógica ou na brincadeira do computador, naquelas possibilidades todas.

Lembro que o meu pai gostava muito da Segunda Guerra Mundial⁵, sabia tudo da Segunda Guerra Mundial. Eu dizia para ele que quem acabou com a guerra lá em 1945 foram as máquinas. Ele dizia que não, que foram os aliados que vieram do Oeste, foram os soviéticos que vieram do Leste, que espremeram os alemães. Eu dizia: “Pai, não foi isso”. A tecnologia estava crescendo, vinha muito daquele tempo. E ele insistia dizendo que eram as pessoas, era a inteligência das pessoas, e não as máquinas. Então ficava essa briga.

Desembargadora Sandra De Santis

É o único dos irmãos que foi para esse rumo?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Fui o único nesse rumo. Depois que perdemos um irmão, dez anos depois veio um temporão, o Luciano. Ele foi mais para a área internacional, foi estudar fora, na Inglaterra. O negócio dele é o mundo. Então ficou uma irmã no Direito, eu no Direito olhando para máquina, e o meu pai dizendo que tinha de seguir aquela carreira, de qualquer jeito.

5 Conflito militar global que durou de 1939 a 1945, envolvendo a maioria das nações do mundo, incluindo todas as grandes potências – organizadas em duas alianças militares opostas: os Aliados e o Eixo.

Desembargadora Sandra De Santis

Aí o senhor se formou em Direito na UDF⁶?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Na UDF.

Desembargadora Sandra De Santis

E como veio parar aqui no Tribunal?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Naquela época, em 1993, 1992, começou aquela fase de concurso. “Vamos fazer concurso.”

Eu estava estudando muito para o Tesouro Nacional. Queria muito trabalhar no Tesouro Nacional, eu gostava. E meu pai falou: “Você vai fazer o concurso do Tribunal. Faz o concurso do Tribunal também”.

Desembargadora Sandra De Santis

Por quê? Ele conhecia o Tribunal?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Porque, eu já fazendo Direito, ele achava que eu iria para o rumo certo.

Desembargadora Sandra De Santis

Iria para o rumo certo, no sentido dele.

6 Atual Centro Universitário do Distrito Federal – UDF.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Lembro que fiz concurso para a Câmara Legislativa do DF, para o TJDF e para o Tesouro Nacional. Lá no Tesouro Nacional não passei. Passei para a Câmara Legislativa e passei aqui para o Tribunal.

Meu pai disse: “De jeito nenhum, você vai para o Tribunal.” Veio aquela ditadura do Direito de novo. Eu disse: “Pai, está bom. Vou para o Tribunal”. Isso foi em 1994, quando entrei aqui no Tribunal.

Confesso que eu ficava assim: “Meu Deus do céu, será que vou trabalhar com Direito mesmo? Será que não tem outra coisa lá dentro do Tribunal que eu possa fazer, que eu goste de lidar?”.

Tomei posse aqui no Tribunal. Vim para cá por insistência do meu pai, mas eu não sabia onde iria ser lotado. E aí me colocaram no Cadastro de Pessoal, lá no Recursos Humanos, que funcionava no 4º andar do Palácio.

Na época, acho que o presidente era o Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu⁷. Era o finalzinho da gestão dele e começava a gestão do Desembargador João Carneiro de Ulhôa⁸.

Quando entrei na sala, Desembargadora Sandra De Santis, fiquei numa felicidade danada porque tinham dois computadores, dois terminais. Achei aquilo ali o máximo! Falei assim: “Graças a Deus!”. Vi aquele monte de pastas, que eram as pastas funcionais, aquele arquivo deslizante com todas as pastas, todas as fotos, documentos. E tinha

o terminal, o computador, que era uma possibilidade. Eu olhava aquilo e ficava brilhando o olho, mas eles me colocaram para fazer portarias do Tribunal. Fiquei no setor onde faziam as portarias, os termos de posse de todos.

Desembargadora Sandra De Santis

Quem era o seu chefe nessa época?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Nessa época, quando tomei posse, era a Simone Costa Rezende da Silva.

Desembargadora Sandra De Santis

A Simone Costa Rezende da Silva, que está agora na Vara da Infância e da Juventude.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Isso. Ela era a minha chefe, era diretora de Cadastro de Pessoal. Não tinha ainda subsecretário, era uma divisão. Tinha a Divisão de Recursos Humanos e o Departamento de Cadastro de Pessoal do Tribunal. Depois, com o Desembargador Carlos Augusto Machado Faria⁹, que passou a ser subsecretarias, secretarias.

Mas ali eu me fiz: adorava mexer com aqueles números, com datas, inserção de informações. Eu via tanta possibilidade ali dentro que o meu olhinho brilhava o tempo todo. Eu amava aquilo que eu fazia ali dentro. Eu nem contava, meu pai achava que eu estava...

7 Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu. Foi presidente do TJDF no biênio 1992/1994, e aposentou-se em 25/09/1996.

8 Desembargador João Carneiro de Ulhôa. Foi presidente do TJDF no biênio 1994/1996, e aposentou-se em 29/11/1996.

9 Desembargador Carlos Augusto Machado Faria. Foi eleito presidente para o biênio 1996/1998, e aposentou-se em 27/05/1998.

Desembargadora Sandra De Santis

Que estava fazendo processo.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Mexendo com processo. Eu falava: “Pai, está ótimo.”. Meu pai dizia: “Isso aí. Você vai gostar, você vai ver”.

Desembargadora Sandra De Santis

Fez diferença trabalhar agora no cargo de Secretário-Geral, na unidade responsável pelas pessoas da nossa Casa?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Muita diferença! Tanta diferença.

Eu não tinha noção da dimensão do Tribunal. Eu tinha noção pela quantidade de pessoas que trabalhavam, pelas unidades. Eu tinha conhecimento de todo o organograma do Tribunal, onde funcionava, quantos aposentados, quantos ativos, quanto tempo as pessoas tinham. Toda essa noção: dos cargos, das funções, tudo. E era tudo feito em fichinha naquela época.

De lá para cá, fui ocupando os cargos. Fiquei lá na Subsecretaria de Cadastro de Pessoal e, com o Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves¹⁰, fui para a Secretaria

10 Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves. Foi eleito Presidente para o biênio 2008/2010, e aposentou-se em março de 2011.

de Recursos Humanos. Lá tive oportunidade de conhecer o pagamento de pessoal.

Desembargadora Sandra De Santis

E o computador aí já tinha um relevo maior.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Já. Em 2004 ou 2005, quando chegou a internet ao Tribunal, vieram os computadores. Chegou um computador para gente lá no Cadastro. Aí pronto! Como eu já tinha um conhecimento do meu XT, eu andava na linha com o computador.

Então, foi de lá que começamos a fazer outras atividades voltadas para o cadastro.

Quando eu fui para o Recursos Humanos, já em 2008, com o Desembargador Nívio Gonçalves — que foi presidente e me convidou para ser o Secretário de Recursos Humanos —, tive contato com toda a política de gestão de pessoas, com toda a parte de pagamento, com o custo do Tribunal em termos de pessoal, que é a maior despesa que temos hoje.

Desembargadora Sandra De Santis

É a de pessoal.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

É a de pessoal. Então, tive essa noção completa em relação a pessoas.

Veio 2014, quando foi o Desembargador Getúlio Moraes Oliveira,¹¹. Ele me convidou e fiquei muito assustado. Lembro-me que, quando ele me convidou, fiquei uns dois, três dias sem dormir. Não sabia o que eu iria fazer.

Eu só conhecia de pessoas e ele me dizia que eu ficasse muito tranquilo porque, se era o primeiro contato, também era o primeiro contato dele como presidente, que iríamos trabalhar juntos e que superaríamos isso.

Desembargadora Sandra De Santis

E deu certo, tanto que foi repetindo, repetindo. Deu certo.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Foi interessante. Lembro-me até hoje, Desembargadora. Quando eu fui para a Secretaria-Geral, comecei a tomar conta do ordenador de despesas — das despesas do Tribunal — e me lembro que a primeira fatura que passei para ele assinar era uma fatura de mais de um milhão de reais. Eu estava do lado do Dr. Eduardo,¹² e falei assim: “Dr. Eduardo, pelo amor de Deus, olha isso aqui que vou ter que assinar, é uma fatura de mais de um milhão”. O Dr. Eduardo era o Juiz Assistente da Presidência e morreu de rir, porque eu estava assustado e ia assinar uma primeira ordem daquele valor todo. Falei: “Dr. Eduardo, só tenho o meu apartamento, não tenho mais nada. O que é que eu vou fazer?”.

Desembargadora Sandra De Santis

Ordenar despesa é muito complicado.

¹¹ Desembargador Getúlio Vargas de Moraes Oliveira. Foi eleito presidente do TJDF para o biênio 2014/2016.

¹² Eduardo Rosas - juiz assistente da Presidência.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

E o Dr. Eduardo ria. Até hoje ele se lembra dessa história, eu todo acanhado em relação àquilo. Foi ali que comecei a conhecer toda a dinâmica do Tribunal: a parte de orçamento, a parte de investimento do Tribunal. Comecei a ter um contato maior com essa tecnologia do Tribunal. Tudo isso foi quando veio o PJe.

Desembargadora Sandra De Santis

Aí entender de informática era muito importante.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Valeu a pena aquele meu esforço lá atrás, aquela briga com o meu pai.

Desembargadora Sandra De Santis

Mas o senhor andou fazendo uns cursos, pelo que vi no seu currículo.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Fiz muitos cursos. Mas, Desembargadora Sandra De Santis, vou confessar para a senhora, não vou mentir: sempre gostei de tecnologia, sempre fui curioso. Eu quis fazer Análise de Sistema e acabei ficando frustrado.

Desembargadora Sandra De Santis

Nunca é tarde para fazer.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Pois é, até já tenho minhas programações prontas. Mas tudo na área de tecnologia, porque eu gosto muito da parte de dados, de informação. Sempre gostei, sempre.

Desembargadora Sandra De Santis

Mas acho, particularmente, que o senhor pegou o Tribunal em uma época em que fizemos uma transição da pessoa para a máquina. Isso foi muito importante, muito importante mesmo, e o senhor ficou no lugar certo, na hora certa.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Foi uma transição, confesso para a senhora, que foi assim... Porque íamos implantar o PJe¹³, o Tribunal já tinha uma experiência com processo judicial eletrônico e foi difícil a implementação. Dessa vez, não. Dessa vez ele ia entrar e o objetivo era seguir com aquilo. O Desembargador Getúlio Moraes Oliveira preparou todos.

Desembargadora Sandra De Santis

Que também é interessado na área de tecnologia.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Muito. Ele programa, faz cada coisa impressionante, e entende do assunto. Então, não adiantava um técnico vir falar, porque o técnico sofria para explicar. Acabava que prevalecia, às vezes, o consenso do técnico com o presidente, porque o presidente entendia muito de tecnologia.

13 Processo Judicial Eletrônico – PJe foi implantado no TJDFT em julho de 2014.

Então, naquele momento de transição, do primeiro processo judicial eletrônico, era como se fosse uma sala de crise: podia acontecer qualquer coisa. Ligaram do Fórum Desembargador José Júlio Leal Fagundes¹⁴ dizendo que o primeiro processo tinha sido distribuído no Juizado — começou pelos Juizados Especiais, foi até para a Desembargadora Sandra Reves¹⁵ o primeiro processo. Foi aquela empolgação. Veio o segundo processo, veio o terceiro, e a cada dia olhávamos aquilo, o PJe foi se estabelecendo e se consolidando.

○ PJe é um caminho sem volta.

Desembargadora Sandra De Santis

É um caminho sem volta.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Não tem jeito. Até porque hoje vivenciamos a situação de um país com grandes dificuldades financeiras e a tecnologia veio justamente para gerar menos trabalho e gerar economia. Observa-se exatamente isso com a digitalização dos processos.

Desembargadora Sandra De Santis

A digitalização também...

14 O Fórum Desembargador José Júlio Leal Fagundes está localizado próximo à nova Rodoviária de Brasília.

15 Juíza de Direito de 2º Grau.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Está sendo importantíssima para o Tribunal. Estamos vendo economia na ponta. Vemos economia na parte de consumo do Tribunal. Os consumíveis do Tribunal estão despencando.

Desembargadora Sandra De Santis

É verdade isso?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Despencando. Se a senhora comparar de 2014, quando chegou o PJe, para agora...

Desembargadora Sandra De Santis

Clipes.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Clipes, papel.

Desembargadora Sandra De Santis

Grampo, papel.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Capa de processo. A parte de correio está diminuindo, muita coisa reduziu o preço. Gastávamos aqui, no Tribunal, em 2014, o equivalente a R\$ 3 milhões com consumíveis. Hoje está muito menos de R\$ 2 milhões e está só despencando. Cada vez que se implementa um pedaço do PJe, diminui o outro lado.

As pessoas ainda estão muito apegadas a impressoras, mas também está despencando a parte de consumo, nessa área de *outsourcing*¹⁶ que tem na Casa, de impressão.

16 Significa a terceirização de todo o processo de impressão e cópias de uma organização.

Então, o PJe gerou muita economia para o Tribunal e muita coisa pôde ser feita. Como o recurso estava disponível e a economia sendo gerada, pôde-se colocá-lo em outras posições da Casa, para outros investimentos.

Desembargadora Sandra De Santis

Já que estamos falando em economia e pessoal — como o senhor tem essa dupla função —, vi no seu currículo que o senhor fez parte, até como presidente, da fundação da previdência complementar. Qual foi a sua experiência nesse ponto? O senhor optou?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Optei.

Desembargadora Sandra De Santis

Optou. Então, o senhor acha que é vantajoso?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Acho que é vantajoso, justamente por conta da situação que o país vivencia. A situação da Previdência é realmente crítica, ela acaba não se sustentando. A população está ficando muito velha, e os novos são poucos. Estamos vendo agora exatamente este movimento de muitas aposentadorias chegando.

Desembargadora Sandra De Santis

E sem concursos, sem nada.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

O volume de aposentadoria aumentando e os mais novos tendo de sustentar a aposentadoria com a longevidade, pois as pessoas estão vivendo mais. As

tábuas de mortalidade que são utilizadas hoje não são as mesmas que eram utilizadas na década de 90, já mudaram todas.

Então, a parte de atuária, o que vi na FUNPRESP,¹⁷ tudo isso me motivou realmente a migrar.

A formação da Fundação foi superinteressante, porque foi um processo de construção da Fundação. Todos os patrocinadores, que são os tribunais — o Supremo Tribunal Federal (STF), que é o grande patrocinador da Fundação, e os outros tribunais do Poder Judiciário da União, dos ramos do Trabalho, da Justiça Federal, do TJDF, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar —, entregaram recursos para a montagem inicial da Fundação, no equivalente a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para montá-la.

Esse recurso veio dos órgãos patrocinadores, foi entregue via orçamento para montar a Fundação. Então, partiu-se do zero. Montou-se toda a estrutura de um órgão, desde o seu CNPJ até as primeiras aplicações do Banco do Brasil, dos recursos que estavam entrando, os garantidores dos futuros benefícios. Enfim, tudo em termos de estrutura.

Hoje a Fundação é uma estrutura completa, com toda a governança, com todos os seus controles internos, com toda parte de gestão de risco, gestão de investimento. É

17 Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – Funpresp-Jud.

extremamente profissionalizante conviver ali no dia a dia. Aprendemos muito e, de lá, às vezes, trago essas experiências aqui para o Tribunal.

Desembargadora Sandra De Santis

É.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Muita coisa que aprendemos lá dentro, porque lá é como se fosse uma empresa privada, mas, na finalidade, é pública. Os recursos dos nossos servidores e magistrados estão ali dentro, e eles precisam garantir.

Existem metas, existe *benchmarking*,¹⁸ existem todas essas coisas que precisam ser perseguidas. Isso é analisado todos os dias. Eles entregam relatórios de gestão todos os dias. E nós que participamos desses conselhos... São dois conselhos, o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal, e existe a Diretoria Executiva, que cuida da parte interna da FUNPRESP, junto com os funcionários. O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da Fundação, onde deliberam vários assuntos, até mobiliário, computador, despesa, pessoal. É mais ou menos o que fazemos aqui. É uma gestão administrativa. Tanto é que os recursos da FUNPRESP são divididos em gestão, o chamado PGA,¹⁹ e a gestão de benefícios. Os recursos que garantem os benefícios e o pedacinho que garante o funcionamento

18 Processo de avaliação da empresa em relação à concorrência, por meio do qual incorpora os melhores desempenhos de outras firmas e/ou aperfeiçoa os seus próprios métodos.

19 Plano de Gestão Administrativa – PGA.

da Fundação. Cada indicador daqueles precisa todo dia ser perseguido. Então, é muito interessante ver o trabalho profissional que existe lá dentro. Nós aprendemos muito. A Fundação veio para contribuir.

Desembargadora Sandra De Santis

Quais são os desafios de ser o Secretário-Geral do TJDF? Todos telefonam para o senhor a toda hora, não tem sábado ou domingo.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Não... Acho que os desafios envolvem equipes, times. Sinto-me confortável por trabalhar ao lado de pessoas extremamente... Os servidores do Tribunal formam uma equipe fantástica.

Desembargadora Sandra De Santis

Muito boa, isso eu sei. Pessoas sérias.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Exatamente, Desembargadora Sandra De Santis. Isso tranquiliza qualquer administrador.

Sabemos que, às vezes, existe um risco de pararmos alguma coisa. Não, não existe mais esse risco. As coisas têm continuidade porque temos bons servidores e boas equipes.

O Tribunal está sempre evoluindo, estamos sempre acompanhando uma evolução. Nunca olhamos para um lugar e dizemos que é ali que vamos parar. Nunca existe um voo que vai aterrissar. Estamos sempre seguindo, sempre construindo.

Então, desafio mesmo é tentar conciliar. O Celso precisa, às vezes, conciliar. Acho que a palavra é concili-

ação e responsabilidade, porque o que importa mesmo é unirmos as equipes. Existem os atritos, e temos de tentar sempre coordenar. Acho que é importante. Por si só o Tribunal é formado por excelentes profissionais.

Desembargadora Sandra De Santis

Isso aí é verdade. Até resolvi fazer estas entrevistas, saindo daquela linha dos magistrados para os funcionários, justamente para chamar a atenção. Estou aqui há mais tempo que o senhor, mas sempre estive cercada de excelentes funcionários. Acho que o quadro do Tribunal é formado por pessoas muito comprometidas. Lógico que em todo lugar há uma ovelha negra, aqui ou ali, mas, no cômputo geral, são pessoas muito comprometidas e muito sérias. Acho que isso é muito importante.

Esta pergunta estou fazendo porque me mandaram fazer aqui: quais são as principais atividades do Secretário-Geral do Tribunal?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

A informação consome as pessoas. Hoje o e-mail passou a ser um produto secundário. Atualmente temos diversos canais que precisam ser sustentados dentro da Casa. Então, o que faço no Tribunal é tentar coordenar esses trabalhos em grupos. Usamos muito o celular para fazer reuniões, tomar decisões, dar encaminhamentos em processos, agilizar, coordenar. Tenho no meu celular, hoje, Desembargadora Sandra De Santis, no mínimo oitenta tipos de grupos de dentro do Tribunal, um para cada grupo específico de assunto.

Desembargadora Sandra De Santis

Nossa!

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Tem assuntos de projetos institucionais, assuntos que tratam de atendimento ao usuário, assuntos de PJe, assuntos de SEI²⁰. Então, os grupos são divididos, e isso consome muito tempo de quem usa celular hoje.

Quando acordo de manhã, a primeira coisa que olho são as mensagens que o pessoal deixou. Às vezes tenho de ir respondendo, direcionando. A linguagem do celular é mais simples e mais direta. Não precisamos escrever um e-mail contando a história. As coisas precisam ser dinâmicas, e eu sou muito pragmático, sou muito prático em relação a tudo. Sou muito objetivo. As pessoas que me conhecem sabem que eu quero é resolver o problema.

O problema está aqui, vamos resolver. É pra cá? Não, não é. Então, é para lá. Vamos para lá. Não faço rodeios em relação aos problemas. Temos de resolver aqui dentro do Tribunal. Fora do Tribunal, já não sou assim. O filho pediu, já fico na dúvida em como eu faço.

Desembargadora Sandra De Santis

São quantos filhos? Vamos falar da sua vida familiar para amenizar um pouco o discurso técnico.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Tenho duas filhas do primeiro casamento, a Carolzinha e a Marina. A Marina está com 19 anos, é minha

artista, desenha. Pegou o sangue bom da família. Ela está fazendo Artes na UnB, é o que ela quer. Falei: “Tudo bem, filha, você segue...” Então, ela é minha artista. É um coração grande demais, boa, puxou ao avô. Falo para ela que ela puxou ao avô.

Desembargadora Sandra De Santis

Seu pai?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Isso, meu pai.

A Carolzinha é minha xodozinha.

Casei novamente, tive o Pedro, meu espoleta. Ele parece muito comigo quando eu era pequeno. Minha mãe diz: “Olha, está vendo, Deus escreve certo por linhas tortas.”.

Desembargadora Sandra De Santis

Ele gosta de uma chave de fenda também?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Gosta de uma chave de fenda. Estou fazendo com ele o que meu pai não fez, o estou empurrando para o lado da tecnologia, que ele gosta. Já estou lhe ensinando programar. Ele já programa, já faz as coisas. Ele adora isso. Então, é um cara que estou vendo que ele vai fazer o que quer.

Desembargadora Sandra De Santis

Ele está com quantos anos?

20 Sistema Eletrônico de Informações – SEI foi implantado no TJDFDT em agosto de 2016.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Ele está com nove anos.

Desembargadora Sandra De Santis

Quem sabe, quando ele entrar para a Universidade, o senhor entra junto.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Compartilhar das novas tecnologias dessa juventude. E ele adora isso, essa parte de robótica. A parte do ensino médio está mudando agora, as escolas estão recebendo isso agora, essas linhas voltadas para as tecnologias: tecnologias e suas línguas, tecnologia e a matemática. É sempre a tecnologia associada a alguma questão da grade. Então, estamos achando bem legal.

Desembargadora Sandra De Santis

Ele estuda onde?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Estuda no Colégio Leonardo Da Vinci. A Carol estuda no Maurício Salles de Mello e a Marina está na UnB. Agora, veio a minha... que ela chama... Aonde vou com ela, de mãozinha dada, o pessoal pergunta o nome dela e ela diz que é Helena e que é a "raspa do tacho."

Desembargadora Sandra De Santis

Ela está com quantos anos?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Ela está com dois aninhos. Vai fazer três anos.

Eu me assustei muito quando a Patrícia engravidou, porque eu já tinha três filhos. Fiquei muito assustado e disse: "Meu Deus do céu, quatro filhos!" Nessa época, não é uma boa coisa. Mas, quando ela veio,

não teve jeito, nos entregamos de coração. Eu adoro meus filhos. É difícil conciliar...

Desembargadora Sandra De Santis

Quer dizer que quem veleja é o Pedro?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

O Pedro está velejando. Coloquei-o no barquinho. Está velejando.

Desembargadora Sandra De Santis

Quer fazer o clone do pai, então?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Tomara que ele goste muito porque eu gosto também, e ele vai ser meu parceiro.

Desembargadora Sandra De Santis

Há algum fato memorável na sua carreira ou alguma coisa que o senhor queira nos falar? Primeiro, queria fazer uma pergunta que fiz para a Dr.ª Mônica: o senhor passou por vários presidentes, mesmo não sendo Secretário-Geral, mas exercendo outro cargo da administração do Tribunal; o senhor poderia me falar alguma coisa sobre o perfil desses dirigentes? São muito diferentes?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

São totalmente diferentes. Cada um atua em uma linha. Cada um dos presidentes com os quais trabalhei adotava uma linha, uma postura, um direcionamento. Tudo para auxiliar o Tribunal. O Tribunal é muito grande, Desembargadora Sandra De Santis, é uma cidade. Não imaginamos que passam por aqui mais de 200

mil pessoas por mês, acessando essas dependências do Tribunal.

Desembargadora Sandra De Santis

E os nossos serviços também.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Os nossos serviços e o que ofertamos para a população.

É muita coisa para um presidente conseguir abraçar tudo. Não existe essa possibilidade por conta dessa diversidade de atividades do Tribunal. Então, cada um abraça uma parte, o que acha importante. Um cuidou do orçamento, outro olhou muito para a parte de tecnologia, outro quis expandir a questão do CEJUSC.²¹ Cada um teve uma particularidade, mas são bem diferentes. Cada um colocou seu tijolinho, construiu, sempre evoluindo. Nenhuma crítica em relação a nada. Só tenho coisas boas e memoráveis.

Desembargadora Sandra De Santis

O senhor acha que o Tribunal está subindo?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Sim, sempre. Acho que o Tribunal, independentemente de qualquer coisa, sempre evoluiu. Ele teve algumas dificuldades. Eu me recordo que no ano 2000 foi o momento

²¹ Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC.

que achei mais crítico. Foi em 31 de dezembro de 1999, quando foi o “Bug do Milênio”²². A senhora se lembra do “Bug do Milênio”?

Desembargadora Sandra De Santis

Lembro-me.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

As datas eram construídas com seis dígitos: o dia, o mês e o ano. Eram só seis dígitos, seis caracteres, seis bytes²³, para podermos economizar porque antigamente o byte era muito caro. As pessoas construíam sistemas com dois dígitos para economizar no volume de informações. Se colocasse quatro caracteres no ano, ficaria mais caro o sistema, teria de testar mais, dependendo do volume de informações. Geralmente, os dados eram construídos com datas de... As datas que se usava — uma data de aposentadoria, uma data de cadastro, uma data final, uma data de processo, tudo o que era data dentro do sistema, tudo o que estava espalhado em datas — tinham de ser revistas para os cálculos que eram feitos de uma data para outra: essa data menos essa, calcula-se isso, dá tantos dias. Então, existia essa preocupação em relação a... foi uma operação que vivenciamos aqui em 31 de dezembro de 1999.

²² Termo utilizado para se referir ao problema previsto para ocorrer em todos os sistemas informatizados na passagem do ano 1999 para 2000. Jargão que se refere a erro de lógica na programação de um software.

²³ Unidade de informação digital equivalente a oito bits.

Lembro que o diretor de tecnologia era o Dr. Luiz Beneduzzi, que era do Serpro, o Serviço de Processamento de Dados do Senado, e o Tribunal, em todas as áreas onde havia um pedacinho de tecnologia, cada uma, teve de se preparar para aquele momento identificando datas. Mais ou menos parecido com o PJE, houve aquela expectativa do que iria acontecer no dia seguinte, e os jornais noticiando, porque muitos programas foram feitos em COBOL²⁴, na década de 70, e calculavam-se várias datas. Aqui no Tribunal, fizemos o que fazemos hoje em dia, que se chama gestão de riscos. Saímos imaginando tudo o que poderia acontecer, e deu certo. Foi muito legal porque, no dia 1º de janeiro do ano de 2000, deu tudo certo, funcionou, nada deu errado. Tudo estava funcionando, todos os programas foram testados. Foi uma operação em que realmente estavam todos imaginando que pudesse dar algum tipo de problema. E, de fato, acabou sendo um momento bem interessante. Lembro-me como se fosse hoje.

Desembargadora Sandra De Santis

○ que o senhor imagina para o futuro do Tribunal? Já estamos com a digitalização e o PJE caminhando a passos largos. O senhor calcula que, até o final da gestão do Desembargador Romão C. Oliveira²⁵, tenhamos encerrado essa parte da digitalização e inserção no PJE?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Desembargadora, esse processo de digitalização foi alavancado agora, nesta gestão. Os nossos administrado-

res entenderam que era importante, e foi dado um pontapé inicial mesmo para que a digitalização fosse voltada para o PJE. Então, os nossos administradores concordaram e abraçaram essa causa. A relação de digitalização mudou completamente, dentro do Tribunal, a parte de distribuição do PJE.

Hoje estamos rumando para 70% de processos digitalizados. Fora as equipes que foram designadas para atuar, além dos servidores e dos magistrados designados para atuar na parte da digitalização, tivemos também um fator que ajudou bastante: a implementação da inteligência artificial²⁶ dentro da Casa, que chegou no momento oportuno e veio junto com essa decisão da administração de digitalizar.

Quando os processos da Vara de Execução Fiscal tinham sido digitalizados, eram processos pequenos e se amontoavam em um número de 50 mil registros de digitalizações — os processos estavam simplesmente digitalizados, não estavam inseridos no PJE — a equipe de tecnologia, junto com o magistrado da Vara de Execução Fiscal, imaginou como poderíamos utilizar a inteligência artificial para auxiliar nessa tarefa, que é a de fragmentar o processo, indexar, jogar para dentro do PJE, cadastrar todos os dados. Então, isso ajudou a impulsionar. Da mesma forma que as equipes foram montadas, a inteligência artificial também foi como se fosse uma mola propulsora para alavancar todo o trabalho da digitalização.

24 Linguagem de programação de alto nível concebida para aplicações comerciais e financeiras.

25 Desembargador Romão Cícero de Oliveira (*5/2/1948). Presidente do TJDF no biênio 2018-2020.

26 Inteligência Artificial (IA) é um ramo da ciência da computação que se propõe a elaborar dispositivos que simulem a capacidade humana de raciocinar, perceber, tomar decisões e resolver problemas, enfim, a capacidade de ser inteligente.

Então, no 2.º Grau, a expectativa é de que até 31 de dezembro de 2019 todos os processos estejam digitalizados. Existe uma segunda expectativa de que, em abril de 2020, os processos do 1.º Grau também estejam digitalizados.

O processo de digitalização já findou, e o ORUS, que é nossa ferramenta de inteligência artificial, está processando o restante dos processos que foram digitalizados.

O pessoal da inteligência artificial do Tribunal já está pensando em uma nova solução para que possa auxiliar também e dar um segundo impulso nessa parte da digitalização, o que todos chamam de convergência digital. O Tribunal está convergindo seus sistemas judiciais para dentro do PJE. Isso ajuda muito a área de tecnologia do Tribunal porque eles conseguem concentrar toda a sua força de trabalho em um único sistema, e não em vários sistemas. Esse é o grande projeto do Tribunal, em termos de economia, porque não ficamos focados em sistemas legados. Estamos focados no sistema judicial, que é o futuro do Tribunal, que é o PJE, e não tem como entrarmos com outro sistema.

O PJE é um sistema relativamente novo, vai completar seis anos. Antes tínhamos o SISTJ²⁷, que já estava há mais de 30 anos de evolução. Quando nasceu, nasceu peque-

27 Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos do Primeiro Grau da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

no e foi evoluindo, crescendo com as diversas demandas que tínhamos dentro do Tribunal.

O PJE vai evoluir e chegar a um nível, no futuro...

Há uma tendência de que tarefas sejam automatizadas cada vez mais. Cada vez mais, aquela tarefa, que hoje é repetitiva, vai diminuir, vai ser suprimida. Então, teremos uma justiça mais ágil, com certeza. O esforço será concentrado nas tarefas intelectuais do processo, e não nas mecânicas. Então, isso vai ajudar a impulsionar muito o Tribunal, pois é um procedimento natural e irá acontecer no futuro em virtude das novas tecnologias que estão entrando, que chamam “Segunda Onda Tecnológica”. A primeira onda era do papel para o eletrônico. Estamos passando pelas duas ondas ao mesmo tempo: estamos saindo do papel, indo para o eletrônico, e passando pela segunda onda das novas tecnologias que vieram, que é a tecnologia de análise, a tecnologia de inteligência artificial, a blockchain²⁸, a computação em nuvem²⁹. O Tribunal, em seus investimentos, está apontando para tudo isso. Todos os órgãos estão pensando nessas novas tecnologias.

Então, no futuro do Tribunal, teremos espaços ociosos porque o Tribunal não compra mais armários. Estamos doando estante para as escolas do Distrito Federal, para a parte de saúde. Não temos mais estantes, elas estão

28 Blockchain é um tipo de Base de Dados Distribuída que guarda um registro de transações permanente e à prova de violação. A base de dados blockchain consiste em dois tipos de registros: transações individuais e blocos.

29 Tecnologia que permite o acesso a programas, arquivos e serviços por meio da internet, sem a necessidade de instalação de programas ou armazenamento de dados.

sendo doadas para as escolas e para a parte de saúde do Governo do Distrito Federal.

Estamos pensando em boas estações de trabalho, bons *laptops*, bons computadores, teletrabalho³⁰, que é outro fator importantíssimo. Temos procedimentos de trabalho no Tribunal que não precisam, de fato, o servidor estar presente. O processo pode ser acompanhado remotamente. É um acesso remoto, é um outro ponto de novas tecnologias: a pessoa pode estar em qualquer lugar do mundo e acessar o PJE, o SEI. Pode produzir para o Tribunal onde ela estiver, sendo monitorada, sendo verificada suas metas, sendo corrigida. Então, o que vejo pela frente é, cada vez mais, termos menos esforço.

Desembargadora Sandra De Santis

Então, farei uma última pergunta, que é um *link* entre a sua primeira lotação no Tribunal, no Serviço de Cadastro e Controle de Pessoal, e essa evolução tecnológica. O que será feito das pessoas, Dr. Celso? Quais serão os funcionários do futuro? Qual a formação ideal deles?

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Tudo isso é um processo evolutivo. Somos servidores, e os cargos precisam também evoluir, acompanhar toda essa evolução. Antigamente o Tribunal tinha cargos de cinefotografia, microfilmagem³¹, marceneiro. Então, esse é um processo evolutivo normal das carreiras do serviço público.

30 O teletrabalho é uma forma de trabalho realizada à distância (fora das instalações da instituição) ou em domicílio, através das chamadas tecnologias como internet, celulares, notebooks etc.

31 Técnica que permite gerenciar e armazenar informações através da captação de imagens dos documentos por um processo fotográfico.

Mais na frente, acredito eu, teremos cargos mais voltados para gabinetes para auxiliar magistrados. Na parte administrativa, teremos especialistas em áreas contábeis, áreas de orçamento, áreas de compras, áreas de gestão de pessoas para gerir toda essa massa de servidores de uma forma otimizada.

De fato, a tecnologia vem para mudar. Sempre há o que se fazer. Por isso digo que é uma grande cidade para onde a senhora olha e vê alguma coisa que pode ser modificada, que pode ser melhorada. De repente, em vez de usar aquele esforço que temos para algumas tarefas repetitivas, vamos usar o esforço intelectual dos nossos servidores para solucionar outras questões para, cada vez mais, ofertarmos uma prestação jurisdicional aos nossos clientes para melhorar esse relacionamento.

Vejo o nosso futuro sendo modificado rapidamente. A própria magistratura também, provavelmente, terá auxílio da tecnologia para ajudar em pesquisas, em decisões. As jurisprudências estarão em um "*container*" de informações em que a inteligência artificial possa auxiliar cada vez mais. Será um mundo interessante para os nossos filhos.

Desembargadora Sandra De Santis

Doutor Celso, quero agradecer-lhe muito. Sei que o seu tempo é preciosíssimo, todo mundo o procura durante o dia inteiro.

Foi um prazer grande entrevistá-lo. Quero fazer um elogio à sua competência e simplicidade.

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

Obrigado por tudo.

DATA DA ENTREVISTA

23/9/2019

LOCAL

Memorial TJDFT –
Espaço Desembargadora Lila Pimenta Duarte

ENTREVISTADO

Dr. Celso de Oliveira e Sousa Neto

ENTREVISTADORA

Desembargadora Sandra De Santis

TRANSCRIÇÃO

Sandra Regina Moterei dos Santos
Subsecretaria de Taquigrafia e Gravação - SUTAG/SEJU

REVISÃO

Betânia Martins Pitanga
Sérgio Alves Bertoldi de Souza

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Marina Ofugi – ACS



PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

SECRETÁRIO-GERAL
CELSO DE OLIVEIRA

NUAMI
Núcleo de Apoio à Preservação
da Memória Institucional

SGIC
Secretaria de Gestão da Informação
e do Conhecimento

PVP
Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT